

NÃO HÁ O QUE TEMER NA UNIÃO ENTRE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES POR MEIO DA EDUCAÇÃO

Miguel Lima da Silva¹

Universidade Federal Fluminense
miguel_lima@id.uff.br

Introdução

Este trabalho é fruto de um questionamento que já perdura há dois anos; para não se tornar um fardo, tornou-se um fato. Em meio à conjuntura política do impeachment da presidente Dilma (PT) e do início do Governo Temer (PMDB, atual MDB), em meados de 2016, e do desenrolar desse último até os dias de hoje, a partir das críticas ao modelo de educação vigente nas sociedades capitalistas, notadamente Brasil atual, seja por vias teóricas ou por experiências próprias do autor, surgiu a seguinte pergunta: “Em meio ao descaso do Governo Temer com as políticas de Educação para Jovens e Adultos no país, por que não há por parte de jovens e adultos trabalhadores uma organização em movimentos sociais que possibilite um enfrentamento a essas pautas?”. E como toda boa curiosidade, tornou-se uma proposta de análise e prática para os dias atuais através do instrumento de transformação social que é a educação.

Metodologia

Não cabe aqui analisar o impeachment de 2016 em si, mas as consequências desse evento enquanto Governo Temer e suas pautas para a EJA. Já em 2016 tem-se a PEC 241, que estabeleceu um teto de 20 anos para investimentos públicos em educação, saúde e assistência social, o que viria a impossibilitar a execução do Plano Nacional de Educação entre 2014 e 2024, que dentre as metas possuía seção específica para a EJA com melhorias significativas na oferta e na assistência de discentes e docentes do programa. Em 2017, temos em 25 de Maio o decreto 9.057, que estabelece nas diretrizes e bases da educação nacional a oferta de Educação à Distância (EaD) para diversos segmentos, dentre os quais a EJA, onde busca-se uma oferta total do programa para EaD. Essas duas reformulações na estratégia política educacional do Governo Temer em relação a EJA inferem a tendência de privatização do programa (PEIXOTO, 2018), sucateando-o através da falta de investimentos e possibilitando uma terceirização educacional ao permitir a compra de serviços EaD em substituição ao formato presencial da EJA, que contou em 2017 com 1,4 milhão de matrículas² na modalidade do ensino médio. Segundo Catelli (2018), o formato EaD iria mais excluir do que incluir alunos da EJA, por se tratar de envolvimento com novas tecnologias e apenas favorecer, assim, alunos e alunas mais jovens, que saíram da escola há pouco tempo, e não a massa de pessoas contempladas pelo programa. Não longe disso, analisa outra proposta do Governo Temer, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), concluindo ser um exame que também favorece à pequena parcela dos mais jovens e mais escolarizados que faz parte da EJA. É importante destacar em sua análise a observação de que ainda presencial, a EJA encontra muitas dificuldades de ofertar adequadamente o curso

¹ Aluno de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, participante voluntário do Núcleo de Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (Neddate) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

² Dados do Laboratório de Dados Educacionais da UFPR, a partir dos microdados do Censo Escolar 2017. 3222

para discentes em relação a quantidade de horas de estudo e turnos de oferta, mas não sendo suficiente para que o programa seja totalmente EaD, pois o espaço de socialização e de conhecimento criado no ambiente presencial é de extrema importância para o aprendizado dos discentes.

Apesar dessa atuação governamental de forma a desmanchar a EJA, não houve nenhuma reivindicação coletiva por parte de jovens e adultos trabalhadores, diferentemente das atuações da União Nacional dos Estudantes (UNE) contra a PEC 241³ e contra o Decreto 9.057/17⁴, assim como da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) contra a mesma PEC 241⁵. Partindo disso, pretende-se elucidar discussões teóricas acerca do Capitalismo e sua relação com a Sociedade e a Educação, e das conseqüentes reflexões que se há na organização em movimentos sociais por parte dos estudantes de EJA. Compreende-se ainda, num planejamento mais ao futuro, a realização de visitas a instituições que ofertem EJA, fazendo-se observações participantes, e instigando discentes e docentes sobre o porquê da não organização atualmente em movimentos sociais, notadamente movimento estudantil, por parte de alunos e alunas da EJA, tratando-se de um momento crítico para o programa e talvez ainda trazendo comparativos com outros momentos históricos entendidos como críticos para o programa e se houve ou não respostas por parte de seus discentes.

Resultados e Discussão

Uma das primeiras observações a se fazer vem a ser da disposição de discentes da EJA enquanto classe: aqui, dado o sentido da palavra - que vem a tornar a situação até irônica - refere-se à classe trabalhadora, proletária. Marx e Engels (1989) observam que a consciência de classe do proletariado não se constitui com a própria classe ou com o indivíduo proletário, mas sim através da luta de classes, que levaria o proletariado a deixar de ser uma classe em si para tornar-se uma classe para si, alçando a uma consciência de si mesmos e de sua condição de exploração e comprometendo-se na luta comum contra a classe exploradora, dominante. Algo que acentuaria a evidência dessa consciência, seria, portanto, o acirramento da luta de classes, com a retirada de direitos, ganhos e melhorias da classe proletária pela classe dominante, como pudemos já observar sobre o Governo Temer e suas reformulações sobre a EJA, inferindo-se que a organização de alunos trabalhadores enquanto classe e movimento social e estudantil ainda estaria em processo de conscientização. Porém, visto que se tratam de alunos “trabalhadores”, que antes de entenderem-se enquanto alunos já se encontram no mercado de trabalho, o processo de conscientização não deveria já ter ocorrido, tornando-se muito mais fácil a organização em movimentos sociais estudantis?

Talvez seja justamente por se encontrarem no mercado de trabalho atualmente que a organização em movimentos seja uma dificuldade. Ainda que a percepção de que o mundo do trabalho seja local de organização sindical e luta pelos direitos dos trabalhadores, e o é, essas condições foram muito enfraquecidas com as novas relações de trabalho dentro do capitalismo, relações essas que se dão de maneira muito mais instável no Capitalismo Neoliberal do que no Capitalismo em épocas Liberais ou Keynesianas, fazendo com que a manutenção no mesmo emprego seja difícil, dificultando uma estabilização de vida financeira,

³ <<http://www.une.org.br/noticias/contra-a-pec-241-estudantes-ocupam-escritorio-da-presidencia-em-sao-paulo/>> Acesso em 28 de Maio de 2018

⁴ <<http://www.une.org.br/opiniao/ate-2023-graduacao-online-sera-maioria-no-brasil-estamos-preparados/>> Acesso em 28 de Maio de 2018

⁵ <<https://ubes.org.br/2016/6-motivos-por-que-a-ubes-e-contra-a-pec-241/>> Acesso em 28 de Maio de 2018

que acarreta na dificuldade de uma vida estável em outros âmbitos, como locação, relações afetivas, e inclusive a organização em movimentos sociais (SENNET, 1999), de forma a determinar mais a valorização de uma vida individual do que coletiva, enfraquecendo organizações e fazendo com que trabalhadores e trabalhadoras se vissem em competição uns com os outros em busca de emprego, numa luta individual, e não mais como classe. Nada mais parecido do que se passa hoje no Brasil, com índice de desemprego em 12,9%, afetando 13,4 milhões de trabalhadores e trabalhadoras no país⁶. Sem contar a ofensiva governamental contra a organização dos movimentos sindicais no país através da Reforma Trabalhista, pela lei 13.467 de 13 de Julho de 2017, onde dentre outras coisas extinguiu-se a contribuição sindical, fazendo com que no 1º trimestre de 2018 os sindicatos do país inteiro perdessem 80% de suas receitas⁷.

Não somente a estrutura econômica deve ser analisada, como também suas influências na superestrutura ideológica, notadamente na organização educacional a partir do advento do Neoliberalismo. Essa forma de organização do modo de produção capitalista é uma ideologia hegemônica fundada como resposta às crises econômicas do capitalismo nas décadas de 1960 e 1970, baseada na redução da intervenção estatal na economia, na competitividade, na produtividade e no individualismo. Constituída a ideologia neoliberal nas relações de ordem econômica e no modo de produção capitalista, a educação e a escola também foram reformuladas de modo a atender às necessidades dessa nova forma de vida (econômica), com a educação e a escola sendo vistas pela ótica de produtividade, de individualização e de incompetência geracional da intervenção estatal nas políticas públicas. A partir disso, a educação e a escola foram reformuladas através de mecanismos de controle e avaliação dos serviços educacionais e subordinadas a uma produção tanto ideológica quanto material articuladas com as necessidades do mercado de trabalho e com o modo de produção capitalista neoliberal (GENTILI, 1996). É importante destacar aqui que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante (MARX; ENGELS, 1989), que utiliza as ferramentas da coesão para propagar a toda a sociedade a sua própria ideologia como hegemônica, de modo a melhor controlar as classes dominadas e gerir as relações de ordem econômica e social (GRAMSCI apud CARNOY, 1988). Nada novo sob o sol da realidade política brasileira atual: a Reforma do Ensino Médio, através da Lei 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017, que busca tornar o Ensino Médio integral no país, ao mesmo tempo aumentando a carga horária de Matemática e Português e suprimindo as disciplinas humanas, principalmente História e Geografia, além de permitir formação técnica em área determinada pelos colégios a partir da inserção de profissionais com “notório saber”, sem necessidade de formação didática, contribui para a educação do país estar de acordo com as necessidades do mercado. A Reforma foi amplamente divulgada e defendida pelo Governo Temer nos meios de comunicação enquanto ainda era proposta em 2016, tendo sido divulgada como hegemônica, com 72% de aprovação da população⁸, ao realizar uma pesquisa de opinião onde

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao 1º trimestre do ano de 2018

⁷ <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2018/05/com-reforma-trabalhista-sindicatos-perdem-80-das-receitas-no-1o-trimestre>> Acesso em 28 de Maio de 2018

⁸ <<http://www.brasil.gov.br/editoria/educacao-e-ciencia/2016/11/mais-de-70-dos-brasileiros-aprovam-mudancas-no-ensino-medio>> Acesso em 28 de Maio de 2018

omitiu informações⁹ para conseguir os resultados esperados. A Reforma do Ensino Médio incide diretamente na organização da EJA no país, pois ao tornar o Ensino Médio integral, possibilita que alunos e alunas do ensino regular que trabalham nos contraturnos de seus estudos não consigam se manter mais no ensino regular, migrando para a EJA. As próprias disciplinas ofertadas no Ensino Médio e, conseqüentemente, na EJA serão modificadas a partir da reforma e, com menor peso para as disciplinas humanas, infere-se que a educação não cumprirá o importante papel de formação cidadã, de compreensão da sociedade e das desigualdades sociais, que impulsionam as relações de coletividade e a organização de movimentos sociais.

Conclusões

Como bem observado por Marx (1978), nas sociedades burguesas é evidenciado aos indivíduos a ideologia de liberdade, relacionada à emancipação política a partir do reconhecimento pela sociedade e, conseqüentemente, pelo Estado, desses indivíduos. Porém, por se tratarem de sociedades burguesas, essa emancipação política nada mais é do que a liberdade do indivíduo isoladamente, fazendo com que este não se identifique com a coletividade, o que pode vir a explicar atualmente a falta de aglutinação entre alunos da EJA em organizações propriamente em suas salas e colégios até em movimentos sociais de maiores pautas e alcance. Para isso, o autor propõe a emancipação humana, a busca por uma revolução que destrua as estruturas burguesas, que realçam o individualismo, e construa novas estruturas sociais que valorizem o que chama de homem total, ou seja, indivíduo que se identifica à sua coletividade. Essa é uma proposta necessária ainda em dias atuais e para a devida análise aqui presente; ainda que as devidas condições materiais não estejam dadas para uma revolução que derrube as estruturas burguesas do país, a percepção - por parte de alunos e alunas da EJA e da classe trabalhadora como um todo - de que a emancipação política e a condição de liberdade dentro da sociedade burguesa não são suficientes para a emancipação humana já levariam a um grande avanço na consciência de classe.

Não obstante, a própria convivência em sala de aula pode ser usada a favor da conscientização de classe de alunos e alunas da EJA, de modo a reverter essa situação de não agregação aos movimentos sociais e evoluir o processo de classe em si para classe para si. Freire (1996), ao elucidar sobre como deve ser e se portar um professor-educador ou professora-educadora, traz interessantes referências acerca das trocas entre discentes e docentes necessárias à formação do saber que, não longinquamente, poderiam ser aqui adequadas à formação de consciência de classe, visto que tanto alunos e alunas da EJA quanto professor ou professora são pertencentes a uma mesma classe social – classe proletária –, que levaria a uma aglutinação entre pares de mesma ou diferentes instituições educacionais, possibilitando a construção de uma contra-hegemonia social por parte destes, talvez até representada enquanto entidade envolvida em movimentos sociais. Nesse momento, não só o papel protagonista de educadores e educadoras se mostraria, ao cumprirem com a formação cidadã de educandos e educandas, quanto também formaria o próprio protagonismo de discentes, ao buscarem meios teóricos e práticos de se colocarem no mundo enquanto classe proletária, enquanto movimento social, enquanto estudantes trabalhadores e trabalhadoras da EJA. Não há o que temer com a união da classe proletária.

⁹ <<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/12/propaganda-do-mec-esconde-erros-e-omissoes-da-reforma-do-ensino-medio-8710.html>> Acesso em 28 de Maio

Referências

CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. A Questão Judaica. São Paulo, Moraes, 1978.

SENNET, Richard. A corrosão do caráter: as conseqüências. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

<<http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/os-ataques-privatistas-a-educacao/>> Acesso em 28 de Maio de 2018

<<https://www.cartacapital.com.br/educacao/Educacao-de-adultos-a-distancia-so-vai-gerar-exclusao>> Acesso em 28 de Maio de 2018

Brasil. Plano Nacional de Educação (PNE). Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em 28 de Maio de 2018

Lei 13.467, de 13 de Julho de 2017 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm> Acesso em 28 de Maio de 2018

Decreto 9.057, de 25 de Maio de 2017 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm> Acesso em 28 de Maio de 2018

Lei 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm> Acesso em 28 de Maio de 2018